

## A FORMA SUJEITO/ALUNO NO DISCURSO DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DE MATO GROSSO

Izaildes Cândida de Oliveira Guedes<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa busca por meio de uma leitura discursiva das Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso, especificamente do livro de linguagens-Ensino Médio, compreender como a política do ensino da Língua Portuguesa institui uma forma sujeito/ aluno. Nosso referencial teórico é a Análise de Discurso de linha francesa porque nos possibilita condições de compreendermos o discurso enquanto efeitos de sentidos entre interlocutores, bem como o interdiscurso e a memória do dizer que sustentam as políticas linguísticas propostas pelas OCs. Observamos que as políticas linguísticas das OCs implementadas na Escola objetivam a adequação do sujeito/aluno/escritor, pela língua, às exigências capitalistas.

**Palavras-chave:** Forma-sujeito, Orientações Curriculares, Política linguística.

**Abstract:** This paper attempts by means of a discursive reading of the state of Mato Grosso Curriculum Guidelines (CGs), specifically the book of Eastern languages-education, understand how the politics of teaching Portuguese establishing a form subject / student. Our approach is based on the analysis of French Discourse because it enables us to understand the conditions of discourse as "effects of meaning between interlocutors" and interspeech and memory mean that underpin language policy proposals by the curricular guidelines. We observed that language policies implemented in CGs School aim at adequacy of the subject / student / writer, the language, the capitalist social demands.

**Keywords:** Form Subject, Orientation Curriculum, Politics linguistics.

### Introdução

Esta pesquisa busca por meio de uma leitura discursiva das orientações curriculares do Estado de Mato Grosso, doravante OCs, especificamente o livro de linguagens-Ensino Médio, compreender como a política do ensino da Língua Portuguesa institui a forma-sujeito/aluno. Para tanto, tomamos como referencial teórico a Análise de Discurso de linha francesa.

É sabido pelos pesquisadores da linguagem, especificamente entre aqueles que procuram compreender/refletir sobre as políticas de língua, que as Orientações Curriculares de Mato Grosso, tal como os Parâmetros Curriculares nacionais, têm sido objeto de pesquisa

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. izaguedes07@gmail.com

bastante explorado. Nosso interesse em debruçarmos nessas orientações se dá por se tratar de um documento norteador e que é posto, continuamente, para estudo nas formações continuadas dos professores da educação básica. Em se tratando do nosso campo de interesse, a partir da linguagem, em especial a língua em sua modalidade escrita, notamos que os textos do livro de linguagens aborda uma perspectiva que procura ressignificar o ensino da língua portuguesa se deslocando do lugar da gramática para o do texto como unidade de ensino, como podemos compreender pelo excerto “[...] os Parâmetros Curriculares Nacionais - fundamental e médio - instituíram um novo paradigma para o ensino de língua materna, assumindo o gênero discursivo como conteúdo e o texto como unidade de ensino” (*grifos nosso*) (SEDUC/MT, 2010, p.99). Daí tem-se o ponto inicial para pensarmos sobre a forma-sujeito vista por uma perspectiva que toma o texto como objeto principal para o ensino de língua.

#### **Sujeito: criticidade, criatividade.**

O novo paradigma instituído desde 1980 pela influência das propostas da Linguística textual e dos estudos sobre o discurso, conforme consta no texto de *língua portuguesa* da área de linguagens, torna-se mais efetivo em 1990 com os PCNs que, posteriormente, servirão de fonte para as OCs de Mato Grosso lançadas em 2010. As OCs, segundo a Secretaria de Estado de Educação, foram construídas coletivamente em um processo que se iniciou em 2008 a partir de um documento base que recebeu contribuições em diversos seminários com a participação de diversos atores educacionais. Para o Estado<sup>2</sup>, esse instrumento fornece orientações que chegam até o “chão” da escola, indicando ao professor, por exemplo, quais as competências e capacidades que o aluno deve dominar. Vimos tais sentidos no texto de *apresentação* quando diz que “[...] a organização é pensada e proposta contextualizando as Áreas de Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares [...] visando à formação de sujeitos cujas capacidades produtivas se articulam às suas capacidades de pensar, de relacionar-se, de estudar e desenvolver a afetividade. (*grifos nosso*) (SEDUC/MT, 2010, p.7)

Por um gesto de interpretação dos textos, podemos dar visibilidade a um discurso que produz sentidos outros quando o ensinar e o aprender passaram a ser o foco dos estudos, levando em consideração as condições sócio-históricas na produção da linguagem. Sentidos que nos levam, por um lado, a pensar em um discurso “inovador” que procura apagar a

---

<sup>2</sup> Tomamos o discurso como do Estado por ter sido materializado nas palavras da superintendente de Educação Básica da Seduc, Aidê Fátima de Campos, no ato de lançamento das OCs em 2010.

concepção tradicionalista de ensino, centrada no professor, no ensino da língua enquanto aprendizagem de regras e normas e na figura do aluno, um indivíduo que ouve, executa tarefas e memoriza conteúdos e, por outro lado, em um discurso que propõe a formação de um sujeito que deve tornar-se crítico, criativo e autônomo, adquirindo capacidades produtivas conforme sublinhamos acima.

Procurar compreender, em uma perspectiva discursiva, a forma-sujeito do aluno/autor proposta pelas orientações curriculares constitui um modo de pensar a relação língua/sujeito/história. Como tais políticas vêm/institui o sujeito/aluno/autor? O que nos indica a resposta é a reflexão nos efeitos de sentidos que são produzidos na materialidade linguística das orientações, tal como proposta pelo Estado, uma vez que é na materialidade que o discurso toma lugar. “A ordem do discurso – efeito de sentidos entre locutores – se materializa no texto, materialização de que a organização textual é o vestígio”. (ORLANDI, 2001, p. 93)

O discurso é o acontecimento significativo. E é nisso que nos interessa compreender como o texto enquanto unidade de sentido dá visibilidade ao discurso que orienta a prática escolar em que o aluno/autor sofre assujeitamento. É na Escola que recai a projeção da forma-sujeito histórica do aluno em que se deseja ter. A Escola é uma instituição de uma sociedade dada, gerida em suas grandes diretrizes pelo Estado, marcada por realidades complexas e contraditórias e que se caracteriza por colocar em jogo práticas, teorias, metodologias e tecnologias que são datadas historicamente, que se aliam-confrontam aos interesses e necessidades materiais dos diferentes grupos sociais. (PÊCHEUX, 2009)

Diante disso, analisar discursivamente as OCs implica em compreender os sentidos que se produzem ao propor diretrizes, orientações que determinam as práticas, teorias e metodologias. Esse conjunto de dizeres é que vão constituindo o sujeito por meio das práticas escolares. No funcionamento discursivo do texto proposto pelo Estado é possível notar como se deseja formar o sujeito/aluno. Vejamos isso nos recortes abaixo:

**R1.**[...] É por isso que na pós-modernidade, contexto sócio-histórico que gera posturas críticas como a que estamos propondo para o processo educacional no nosso Estado e que circulam no Brasil defende-se a ideia de que a linguagem é política. (p. 64) (grifos nossos)

**R2.** É no processo educativo que o aluno deve encontrar espaço interativo para a prática de linguagens de modo a garantir-lhe uma inserção ativa e crítica na sociedade. (SEDUC/MT, 2010, p. 64) (grifos nossos)

Nesses enunciados, as expressões “posturas críticas como a que estamos propondo”, “inserção ativa e crítica na sociedade” traduzem o discurso que se materializa em toda

estruturação das OCs desde a *apresentação da área* até as propostas para o *ensino da língua Portuguesa*. O sujeito constituído na e pela linguagem e ao mesmo tempo interpelado pela ideologia sofre as determinações desse discurso que através da língua se funda na Escola. O indivíduo assume a forma-sujeito em um processo de assujeitamento. Para Althusser *apud* Haroche, (1992, p. 177) isso se explica pelo fato de que “toda ideologia tem por função [...] ‘constituir’ indivíduos concretos em sujeitos”.

Temos, no centro do discurso das OCs, o trabalho da ideologia simulando a transparência da língua. As palavras “postura”, “crítica” “ativa”, “capacidade”, “produtiva” parecem “dizer o que realmente dizem”, ou seja, dizem respeito a um sujeito que pensa, argumenta, expõe sua opinião. Enfim, que não aceita o que é imposto, determinado. Sobretudo, como as palavras e as expressões tomam os sentidos pela formação discursiva em que se inscreve, e, nesse caso, temos uma fds, o Estado - com uma ideologia dominante, cabe, então, explorarmos a não transparência desta formulação.

### **Dito, não-dito: sentidos legitimados**

Como dito anteriormente, o discurso atual das OCs aponta para um ensino de língua que se afasta do tradicional. Que influências determinam essa mudança de discurso? Quais objetivos estão no centro das reformulações dessas políticas de língua? Para uma possível compreensão sobre esses questionamentos vale refletirmos no modo como o discurso das políticas públicas, e, nesse caso, política linguística, toma outro discurso para se constituir, pois, segundo Orlandi (2005, p.43) “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”.

Nessa medida, o dizer presente no corpus constituído remete-nos ao dizer da memória, do interdiscurso pelo fato de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente”. (Pêcheux, 2009, p. 149) Diante disso, reportamo-nos ao discurso da Escola Nova que elabora uma crítica à dualidade social e escolar posicionando a favor do entrelaçamento da educação com o trabalho, com a vida prática - As exigências capitalistas. Tendo como uma das principais correntes, o pragmatismo, essa nova perspectiva visa a uma escola única que junte pensamento e ação, ideia e instrumento, sem discriminação social e sem privilégios como diz Teixeira *apud* Soares (2007) “[...] de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e

participar em uma sociedade democrática cujo soberano é o próprio cidadão (Teixeira, 1994, p. 63)”.

Nessa direção, o sujeito determinado pelo trabalho, pelo pensar, pelo fazer sendo soberano em seu tempo dá conta dos meios de produção de uma sociedade que visa ao capital. O pragmatismo, e mais recentemente, o neopragmatismo<sup>3</sup>, como nomeiam os estudiosos das correntes filosóficas, contribui com a introdução de elementos inéditos e mais profundos de exploração do trabalho. Daí, a necessidade de se formar um sujeito que consiga, por si mesmo, pensar, fazer, “aprender a aprender”, ser crítico para que a produção aconteça e cresça; para que o trabalho seja cada vez mais qualificado e assegure a manutenção da sociedade capitalista.

Autores como Duarte (2001), Moraes (2004), Ramos (2003) demonstram uma preocupação quanto ao esvaziamento do conhecimento científico no processo educacional devido às influências do neopragmatismo<sup>4</sup>. Para eles, a “autonomia” dada ao indivíduo para construção do conhecimento, a noção de experiência supervalorizada prevalecendo à ação espontânea, causa sérios prejuízos à construção do conhecimento. Duarte (2001) ao falar da individualidade, como aspecto próprio ao capitalismo, diz que esta obedece à lógica produtivista do mercado, fundada na exploração dos trabalhadores e contra qualquer posição a favor da humanidade dos homens. Para o autor, o “aprender a aprender”, um dos pilares da Educação que perpassa os documentos das políticas educacionais, nada tem de crítico. A crítica, ou o saber crítico limitam a individualidade do educando através de estratégias participacionistas e inclusivas à lógica do sistema, objetivando adequá-lo, controlá-lo.

O pensamento da Escola nova, que pensa um indivíduo que exerça cidadania, adquira habilidades, construa capacidade produtiva e seja crítico funciona como critérios para formar um sujeito necessário à sociedade. Que diante do processo histórico-social/capitalista, das novas exigências da sociedade frente ao trabalho, transforma as relações sociais colocando no centro das forças de produção o sujeito qualificado. Tudo isso recai, então, na forma-sujeito/aluno que, determinado pelo discurso da Escola, busca qualificação profissional (e não pessoal) para manter-se no mercado (exigente) do trabalho. A Escola [Educação] nas palavras

---

<sup>3</sup> Corrente filosófica que nasceu nos Estados Unidos entre os anos de 1895 a 1900. Dentre as ideias que prega está a de que a educação de uma pessoa está ligada ao desenvolvimento biológico e social, influência darwinista, que mais tarde recai na defesa pragmática do esforço individual a partir da chamada igualdade de oportunidades virtualmente oferecida pelo sistema democrático.

<sup>4</sup> Ver a esse respeito, em SOARES, José Rômulo. (2007). O (neo)pragmatismo como eixo (des)estruturante da Educação contemporânea. Tese de doutorado apresentada junto ao programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará.

de Dewey, (1959) *apud* Soares (2007) “é uma atividade formadora ou modeladora – isto é, modela os seres na forma desejada da atividade social”.

A forma-sujeito determinada pelas políticas públicas, e porque não dizer de línguas, antecedente às influências da Escola Nova, do Pragmatismo consistia na forma histórica de um sujeito que não caracterizava em ser ‘crítico’, ‘criativo’, ‘autônomo’ com ‘capacidades’ e ‘habilidades’ para o mercado de trabalho; mas, sobretudo, que construísse conhecimento que o formasse enquanto humano. Além, ainda, de ter como foco “o domínio” da leitura e da escrita. Esse novo vocabulário [crítico, criativo, habilidade, capacidade] não ocupava o centro do discurso. Contudo, conforme lembra Althusser *apud* Haroche (1992) “os sujeitos agem em e sob as determinações das formas de existência *histórica* das relações sociais”. E que a forma-sujeito representa “a forma de existência histórica de todo indivíduo”, o que não impede, em nada, que a forma sujeito tenha podido tomar, no curso da história, formas diferentes. (HAROCHE, 1992, p. 178)

Temos, também, nas OCs as concepções de linguagem que permeiam a transformação da forma-sujeito histórica própria às exigências modernas. O documento, ao falar de linguagem, apresenta como ponto nodal as “diferentes linguagens” relacionadas à linguagem em que “o ser humano define-se, desvela-se”. Desse modo, vejamos:

**R3** Convivemos, no nosso dia-a-dia, simultaneamente, com diferentes linguagens.[...] enfim, vivemos uma pluralidade de linguagens que nos constituem como seres simbólicos, que produzem sentidos.(p.62)

**R4** Por essas e outras razões, houve uma adoção, na perspectiva dos PCN, de uma concepção de linguagem como prática sociointeracional, que considera o contexto, as intenções, estratégias e recursos usados na produção oral e escrita e que admite uma multiplicidade de posicionamentos diferentes colocados em diálogo e interação. (p. 63)

**R5** Nesses novos tempos, precisamos de uma postura crítica a respeito do fundamento principal da ação humana: a linguagem. (SEDUC/MT, 2010, p. 64)

Considerando as formulações dos enunciados temos os efeitos de sentidos produzidos pelo funcionamento da língua. O sujeito nestes ‘novos tempos’ precisa de uma ‘postura crítica’ para compreender o mundo pelas ‘diferentes linguagens’ que o constitui como ser simbólico, que produz sentidos. Só há possibilidade dessa compreensão se tal sujeito tornar-se crítico, posicionando-se de maneiras outras, como vemos no recorte 4. A expressão “multiplicidade de posicionamentos diferentes colocados em diálogo e interação”, se lida parafrasticamente, remete a uma possível formulação da ordem da criticidade. Como um dizer não-dito, essa formulação pode significar “inúmeras opiniões diferenciadas ditas em atos de

linguagem”. Em outras palavras, o funcionamento das palavras ‘posicionamento’ e ‘opinião’ toma o sentido do falar crítico, em um sujeito crítico.

Dada às condições de produção de um discurso interpelado pela determinação da modernização, da produtividade que produz exigências quanto à postura do sujeito, à formação profissional, que exige um sujeito autônomo, criativo e crítico, é que indagamos como se dá a forma-sujeito/autor.

Com a instituição de um novo paradigma para o ensino de língua “materna”- centrado no texto – as OCs assumem os gêneros discursivos como conteúdo de ensino. Diante disso, o processo de ensino/aprendizagem baseia-se no uso-reflexão-uso da língua(gem). O ensino da língua é tomado concomitantemente com o ensino de linguagens outras. O que por vezes chega a fundir língua e linguagem produzindo um efeito de apagamento do papel do ensino da língua portuguesa. As metas e os objetivos propostos são estabelecidos comuns às disciplinas da área de *Linguagens* visando a um trabalho interdisciplinar como vemos no trecho abaixo:

**R6** Algumas metas, entendidas como objetivos comuns às disciplinas da área devem ser apontadas no sentido de um trabalho interdisciplinar:

2. Fazer uso da expressão oral na exposição de ideias, pontos de vista e argumentos;
3. Analisar fatos e ideias constantes da realidade, estabelecendo relações e formulando hipóteses;
5. Produzir textos nas diferentes linguagens, visando organizar e registrar informações para a expressão e comunicação em situações que exijam maior formalidade. (Grifos nossos) (SEDUC/MT, 2010, p. 65)

Tomar as metas e os objetivos em comum coloca a língua em um grande “guarda-chuva” do ensino. Ensina-se a língua ou linguagens nas aulas de língua portuguesa? A língua também é linguagem, se pensarmos em sentido mais amplo; não cabe, aqui, dizer que se deva ensinar de modo dissociável, estanque; contudo, não se pode dissimular o ensino da língua por meio das linguagens outras que circulam na sociedade. O ensino da escrita sofre um apagamento em detrimento da oralidade e a referência dada ao trabalho com o texto aparece, somente, na meta 5 que traz a expressão “Produzir textos nas diferentes linguagens”. Esses textos são tomados em uma concepção de linguagem como expressão do pensamento e instrumento de comunicação como sublinhamos acima.

Ao tratar da disciplina de Língua Portuguesa as OCs trazem como principal objetivo “tornar o aluno proficiente em sua língua materna, oral e escrita, a fim de lhe garantir o pleno exercício da cidadania” (SEDUC/MT, 2010, p.100). Seguindo na esteira da cidadania, pensa-se em um aluno que consiga se posicionar criticamente frente a diversos textos, se individualizando de forma responsiva e ativa nas mais variadas formas de constituição de

sentidos. Um aluno que pela própria autonomia consiga aprender a aprender. O papel da Escola está em criar “situações de responsabilização do aluno por seu próprio aprendizado”. Notamos esse funcionamento discursivo na formulação dos enunciados a seguir:

**R7** Ler (compreensiva e criticamente) significa interagir com o texto, identificar as vozes nele presentes, reagir a ele, concordando, discordando, ampliando, redizendo...(p.65)

**R8** Os professores da área de Linguagens têm enorme responsabilidade nesse contexto, pois, assim como a linguagem (verbal, não-verbal e multimodal) serve para discriminar, serve também para romper bloqueios, desenvolver autonomia e capacidade de exercício criativo e crítico. (p.68)

**R9** [...] nas quais os alunos possam mobilizar uma série de capacidades linguístico-discursivas, com o intuito de validar ou não hipóteses formuladas e entender enunciados veiculados em diferentes esferas de comunicação social, para que possam, enfim, participar de forma responsiva e ativa, da construção do sentido. (p. 100).

As principais questões postas pelos enunciados dão conta de um sujeito crítico que, em um movimento de individualidade, consegue avaliar a própria produção. “Ler compreensiva e criticamente”, “desenvolver autonomia e capacidade de exercício criativo e crítico”, “validar ou não hipóteses formuladas” e “participar de forma responsiva e ativa, da construção do sentido” são formulações que produzem na língua a materialização do discurso do Estado que na escolha, específica, das palavras impõe a ideologia dominante. E, estabelecer a relação entre o discurso posto e a prática pedagógica que determina o sujeito/aluno cabe “aos professores da área”, conforme vemos no recorte 8.

Nos recortes abaixo, encontramos os temas criticidade, criatividade e autonomia, concentrados em certas palavras e expressões, em um funcionamento que se repetem por todo o texto das OCs.

**R10** Dessa forma, ele poderá posicionar-se criticamente frente aos textos lidos, fundamentando sua posição em argumentos de diferentes ordens: artísticos, sociológicos, filosóficos, econômicos, históricos, antropológicos etc. (p.101)

**R11** Na atividade de produção escrita o estudante precisa ser ensinado a assumir-se como autor de seus textos, sendo capaz de elaborar críticas ou propostas, comunicar-se, expressar-se, argumentar logicamente, aceitar ou rejeitar argumentos, manifestar preferências e apontar contradições, incorporando o interlocutor e a situação discursiva/comunicativa em que o texto/discurso deve ser produzido. Tal postura permite-lhe desenvolver autonomia na produção de textos em diferentes gêneros, respeitando as características de cada um. Como consequência do domínio dessa prática será capaz de monitorar a produção de seu texto, adequando-o ao gênero, articulando suas partes, revisando-o e refazendo-o, quando necessário. (SEDUC/MT, 2010, p. 101)

O discurso desenvolve-se visando a um sujeito que necessita “posicionar-se criticamente”, ser “capaz de elaborar críticas ou propostas”, “aceitar ou rejeitar”, “desenvolver autonomia na produção de textos em diferentes gêneros”, a fim de ser “capaz de

monitorar a produção de seu texto”. Os verbos, tão utilizados, nos faz pensarmos em ação, em trabalho. O sujeito que se posiciona, que elabora, aceita, rejeita, desenvolve e monitora é um sujeito autônomo. É um sujeito que atende às exigências da sociedade capitalista. Cabe, aqui, mencionarmos o artigo *A escolarização da Língua Portuguesa* de Mariza Vieira da Silva (2007) que discute e analisa os efeitos da história, da ideologia e do político nas práticas linguísticas e pedagógicas propostas pela política de escolarização da língua nacional. Tomando como corpus os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 a autora apresenta como a discursividade do documento é interpelada pelo discurso do pragmatismo, do tecnicismo. Os PCNs falam das “novas exigências” da sociedade, da transformação do perfil social e cultural do alunado. Evidenciam movimentos econômicos e sociais buscando adequar-se às novas exigências do capitalismo mundial e das sociedades organizadas pela tecnologia e pela informação.

É nesse movimento da memória que traz a determinação por um pré-construído que a autora mostra como as políticas de língua propõem os paradigmas linguísticos para o ensino. Na análise, é mostrado como o discurso da “cidadania” e da “autonomia do sujeito”, tão enfatizado pelas políticas de língua, coloca o sujeito em um processo de individualização. Para a autora, é construído um discurso em que as condições materiais de existência se transformam em necessidades singulares dos indivíduos e em que as diferenças sociais justificam-se como diferenças de capacidade. Citando Arroyo (2001, p. 57) Mariza argumenta que “a questão da educação para a cidadania será reduzida a educar para a cooperação no bem-comum e para a superação do indivíduo possessivo, numa unidade moral articuladora do convívio social”.

Visto que os PCNs são pressupostos para a construção das OCs pode-se observar o mesmo discurso na política de língua do estado de Mato Grosso. Nos recortes analisados vimos um discurso que aponta para a formação de um sujeito autônomo, capaz de exercer a cidadania e competente para atender ao mercado de trabalho. Um sujeito que é individualizado pelo Estado, e, que constituído pelo discurso pedagógico torna-se crítico, criativo, produtivo e autônomo. Esse processo de individualização em que o Estado “transforma”, reduz os sujeitos em indivíduos é o que remete à forma-sujeito que toma todo indivíduo, e, que segundo Althusser *apud* Haroche (1992, p.177) isso se explica pelo fato de que “toda ideologia tem por função [...] ‘constituir’ indivíduos concretos em sujeitos”.

O funcionamento da língua nos possibilita compreendermos os sentidos das políticas linguísticas. É pela memória, o interdiscurso, que os discursos se entrelaçam, convocam e

fazem trabalhar discursos inscritos em diferentes domínios, possibilitando que os não-ditos, os a-dizer e o dizer encaminham e legitimam sentidos outros. (...) É a ideologia que mascara os sentidos, produzindo as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queira dizer o que realmente dizem”. (PÊCHEUX, 2009)

O que parece existir é uma eterna ‘adequação’ social, direcionando o sujeito/aluno - aprendiz da língua, da escrita, do texto – de acordo com as demandas da sociedade, em um padrão pré-estabelecido, capacitando o indivíduo para prevenir-se na vida em sociedade. Retornemos ao que Mariza (2007) citando Arroyo diz sobre o tema cidadania que compõe os PCNs.

Na realidade, com essa concepção do social, a escola não pode preparar para a “cidade”, para a cidadania, e tenta salvar da “cidade”: não educa para o convívio social e político, mas tenta educar para que cada um se defenda no caos do social; não educa para transformar as condições sociais, mas para prevenir-se dos males da inevitável condição social. (ARROYO, 2001, p. 65)

Como se vê, o discurso das políticas de língua naturalizam sentidos que produzem as evidências para o ensino. Diante disso, pensa-se que não há outras maneiras de conceber o sujeito/aluno, que não há alternativas para a constituição das práticas de ensino. O sentido é o que se compreende pelo que a ideologia simula; é educar para cidadania, é formar um sujeito que consiga posicionar-se diante dos textos com criticidade, que produza textos nas diferentes linguagens, que seja criativo e que adquira autonomia.

Ao propormos neste estudo compreendermos como as Orientações Curriculares do estado de Mato Grosso instituem a forma-sujeito/aluno, observamos como a língua funciona para produzir os sentidos que se naturalizam nos discursos das políticas de língua. Notamos que o que se espera do sujeito/aluno/escritor é a adequação, pela língua, às exigências sociais. A responsabilidade tanto da escola quanto do professor da área de linguagem é estabelecer uma relação do sujeito com a língua de modo que o torne autônomo, crítico e criativo. As palavras selecionadas remetem a discursos outros que introduzem o exercício da cidadania, a adequação para o trabalho, a busca pela qualificação profissional como pontos nodais das OCs. A forma-sujeito/aluno deva ser aquela que se ajusta à prática social capitalista. Lembramos o que foi introduzido por Althusser (1978) *apud* Pêcheux (2009, p.150): “Todo indivíduo, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma sujeito*. ‘A forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigostskiana. Campinas, (SP) Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).
- HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução: Eni P. Orlandi. Editora: Hucitec. SP, 1992.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. (1942). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ª edição. Campinas: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 6ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª. Ed. Tradução: Eni P. Orlandi et al.. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- SEDUC lança Orientações Curriculares em 25/09/2010. *Notícia*. Disponível em <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir>. Acesso em 11/12/2013.
- SEDUC-MT. *Orientações Curriculares: Área de Linguagens*. Educação Básica. Cuiabá: 2010.
- SILVA, Mariza Vieira da. *A Escolarização da língua nacional*. In: Política Linguística no Brasil. Org. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- SOARES, José Rômulo. *O (neo)pragmatismo como eixo (des)estruturante da Educação contemporânea*. Tese de doutorado apresentada junto ao programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, 2007.